

<b>Título</b>	<b>Diplomacia às custas do consumidor de energia</b>
<b>Veículo</b>	<b>Valor Econômico</b>
<b>Data</b>	<b>30 Jul 2008</b>
<b>Autor</b>	<b>Claudio J. D. Sales</b>

A concessão de benefícios a países vizinhos às custas do consumidor brasileiro de energia tem sido prática comum na diplomacia brasileira. Já se aceitou a expropriação de ativos de empresas brasileiras pela Bolívia, o aumento unilateral do preço do gás natural boliviano, e assistimos a uma postura permissiva frente à pressão paraguaia para rever o contrato de Itaipu. Agora, o governo brasileiro anunciou uma nova forma de socorro à Argentina que gera desequilíbrios comerciais e riscos ao suprimento elétrico nacional.

A Argentina enfrenta um racionamento de energia, resultado de anos de populismo tarifário que afugentaram os investimentos necessários à expansão do sistema elétrico do país. O problema ocorre já há algum tempo: a Argentina deixou de cumprir contratos de fornecimento de 2.000 MW de energia para o Brasil, interrompeu o suprimento de gás natural para a Termelétrica de Uruguaiana e tem comprado energia de termelétricas brasileiras quando estas não são operadas pelo Operador Nacional do Sistema, o ONS.

Portanto, surpreende a proposta do governo brasileiro de socorrer a Argentina com uma suposta troca de eletricidade, exportando entre os meses de maio a agosto de 2008, tendo como contrapartida a devolução da energia entre setembro e novembro, após o fim do inverno argentino.

Surpreende porque o Brasil enfrenta um desequilíbrio estrutural entre a capacidade de geração e de consumo de eletricidade, o que faz com que a segurança do abastecimento seja vulnerável ao regime de chuvas. Um estudo sobre este tema está disponível em [www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br), seção "Programa Energia Transparente".

Um exemplo desta vulnerabilidade foi observado no final de 2007 e início de janeiro deste ano quando, diante de um baixo índice pluviométrico, agentes do setor e a própria agência reguladora (Aneel) alertaram para o risco de racionamento em 2008. A solução emergencial do governo foi acionar usinas térmicas a óleo, caríssimas, para poupar água das hidrelétricas, medida que coincidiu com chuvas excepcionais na segunda metade de janeiro (27% superior à média histórica) e afastou o racionamento em 2008.

Mas o desequilíbrio estrutural persiste, exigindo contínuo esforço para encher os reservatórios. Novas usinas, como as do Rio Madeira, contribuirão para nosso abastecimento a partir de 2012. Os anos de 2008 e 2009 requerem cuidado, a ponto de o próprio governo ter programado em junho um leilão de "energia de reserva".

O quadro pode ainda agravar se houver inadimplência da Argentina. O país - além das atuais dificuldades no abastecimento interno, que podem inviabilizar a futura devolução da energia adquirida - tem dado demonstrações de descumprimento de acordos comerciais internacionais, inclusive com o Brasil.

O intercâmbio de energia também traz distorções no referencial de preço escolhido para os preços de exportação e importação, criando desequilíbrios comerciais que farão com que os brasileiros subsidiem o consumo de energia argentino.

A proposta do governo prevê que a exportação se realize ao Preço de Liquidação de Diferenças dos contratos de energia do Brasil (PLD). No entanto, esta proposta resulta em preço de exportação inferior ao próprio custo de geração no Brasil e implica subsídio explícito do consumidor brasileiro para os argentinos.

O PLD é definido por sofisticados programas computacionais operados pelos ONS e CCEE, órgãos oficiais que levam em conta, entre outros fatores, o nível dos reservatórios. Quanto mais cheios eles estiverem, mais energia disponível e menor o PLD. Quando os reservatórios caem, indicando escassez, o PLD sobe.

Mas, devido à necessidade de geração emergencial no início do ano, parte do enchimento dos reservatórios se deu artificialmente, às custas de termelétricas a óleo que custam até R\$ 600/ MWh, valor muito superior ao PLD, que no fim de junho oscilou ao redor de R\$ 70/ MWh. Para que se tenha uma idéia do tamanho do subsídio que os consumidores brasileiros dariam à Argentina, o custo de oportunidade para os argentinos (correspondente ao valor para gerar energia a partir de termelétricas no território argentino) era de R\$ 252/MWh no fim de junho, valor 260% superior ao PLD. Estamos entregando filé mignon a preço de carne moída.

O sacrifício dos consumidores brasileiros para recuperar os reservatórios não pode ser transferido à Argentina na forma de energia subsidiada. Segundo estimativas oficiais, a geração emergencial custou de R\$ 1bilhão que será transferido às tarifas brasileiras.

A integração energética é positiva desde que preserve a segurança do suprimento nacional e a racionalidade econômica. Portanto, o governo deve respeitar o acordo que desde 2005 rege o intercâmbio de energia com a Argentina: exporta-se apenas a energia de termelétricas paradas ou de hidrelétricas cujo excesso de água seria inevitavelmente desperdiçado. Não faz sentido transferir energia para outro país sem considerar os reais custos econômicos, sociais e ambientais dessa energia, arcado pelo consumidor brasileiro.

A Argentina paga hoje o preço do populismo tarifário que paralisou os investimentos e colocou o país num racionamento que não pode mais ser escondido atrás de palanques eleitorais.

Se nossos governantes decidirem oferecer nova forma de ajuda ao país vizinho, devem pensar antes no interesse dos brasileiros. Isso significa, em primeiro lugar, valorizar adequadamente a energia e não entregá-la ao valor do PLD (Preço de Liquidação de Diferenças), que está momentaneamente baixo porque os consumidores brasileiros pagaram uma fortuna para encher os reservatórios, queimando óleo em usinas termelétricas. E significa, acima de tudo, exportar apenas a energia que não nos fará falta em caso de poucas chuvas: energia de termelétricas paradas e de hidrelétricas que eventualmente verterão água de suas barragens.

**Claudio J. D. Sales é presidente Instituto Acende Brasil**